

LICITAÇÃO: PRINCÍPIOS NORMATIVOS DO PREGÃO PRESENCIAL

BIDDING: PRINCIPLES OF FACE TRADING

Aline Kauffmann

RESUMO: A licitação e seus princípios normativos são de extrema importância para a Administração Pública, pois contribuem para que o gestor público atue de maneira transparente, evitando desvios de finalidade, corrupção e, proporcionando também um melhor aproveitamento das verbas públicas e sua destinação. Nesse sentido, a Lei n.º 8.666/1993 estabelece normas gerais a todas as espécies de contratações pela Administração Pública e, a Lei n.º 10.520/2002 dispõe acerca da modalidade licitatória específica denominada pregão. De acordo com as leis citadas, pode-se conceituar licitação como um instrumento necessário e obrigatório aos entes públicos e, também à administração indireta, para aquisição de bens e serviços, tendo como objetivo selecionar a melhor proposta, com condições de igualdade a todos participantes, a promoção do desenvolvimento sustentável, visando, ainda, atender, sempre, a melhor destinação de verbas e o interesse público. A modalidade pregão presencial visa à aquisição de bens e serviços comuns, apresentando características peculiares que a difere das demais modalidades, por meio de sua forma procedimental mais rápida e econômica, trazendo vantagens para a Administração Pública. Desta forma, a licitação, na modalidade de pregão presencial público, deverá ser realizada em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a teor do disposto no artigo 37, “caput”, da Constituição Federal de 1988 e legislação infraconstitucional já citadas. Ademais, a modalidade pregão presencial trouxe alguns princípios específicos em seu sistema, que devem ser considerados atentamente pela Administração Pública, servindo como verdadeiro norteador ao administrador público quando da condução de um processo de licitatório, garantindo sua lisura e atendendo suas finalidades principais que são a publicidade, o interesse e o bem estar da coletividade.

Palavras-chave: Administração Pública. Finalidade. Licitação. Pregão. Princípios.